

Fundos de investimento no contexto actual

Mercado financeiro conta com dois fundos de investimentos activos: FIPA 1 e FACRA, mas estão na forja mais veículos financeiros face às expectativas de financiamento às MPME com vista a impulsionar novos negócios.

POR ESTÉVÃO MARTINS | FOTOGRAFIA DR



Trump “Desgraça nacional”

O ex-secretário de Estado dos EUA Colin Powell classificou o candidato republicano Donald Trump como uma “desgraça nacional” e um “pária internacional”, em mensagens pessoais de correio electrónico que foram pirateadas e divulgadas

Brasil MP acusa Lula

O Ministério Público Federal (MPF) do Brasil acusou o ex-presidente Lula da Silva, a sua mulher, Marisa Letícia, e outras seis pessoas no âmbito da Operação Lava-Jato por irregularidades num imóvel no Guarujá

Os fundos de investimento, um tipo de aplicação financeira que reúne recursos de um conjunto de investidores, com o objectivo de obter lucro, com a compra e venda de títulos e valores mobiliários, de cotas de outros fundos ou de bens imobiliários, são uma alternativa ao financiamento da economia nacional no actual contexto de crise financeira.

O seu desenvolvimento, na qualidade de instituições de investimento colectivo, joga um papel fundamental na agregação e alocação das poupanças individuais (das famílias) e societárias (das empresas), no sentido de permitir que sejam realizados investimentos que de outro modo, por falta de capital ou de capacidade de gestão, não poderiam ser desenvolvidos.

Actualmente o mercado conta com dois fundos de investimentos activos, nomeadamente o Fundo de Investimento Privado de Angola (FIPA1), sob gestão da Angola Capital Partners, e o Fundo Activo de Capital de Risco Angolano (FACRA).

No entanto, os promotores de investimentos poderão nos próximos tempos contar com surgimento de novos fundos de investimentos em capitais de risco nos próximos meses. Trata-se da criação do FIPA 2, sendo que a Odell Global Investors prevê criar dois fundos de capital de risco, também nos próximos meses. A perspectiva é de criar pelo menos um fundo de capital de risco, que venha a revelar-se um parceiro de excelência para os empresários que pretendam desenvolver em Angola projectos estruturantes.

De acordo com a Odell, a intenção é de investimentos em áreas como agronegócios, mercados de consumo, indústria transformadora, entre outros sectores menos representados na actual estrutura do PIB.

Os gestores acreditam que o desenvolvimento de fundos de capital de risco pode desempenhar uma importante contribuição para o desenvolvimento de negócios de sucesso nestas áreas, com impactos positivos na diversificação da economia e a criação de emprego.

CMC aposta nos fundos mobiliários e imobiliários

Patrício Bicudo Vilar, administrador executivo e *chairman* em exercício da Comissão do Mercado de Capitais (CMC), afirmou ao Mercado que os fundos que mais se adequam ao País, nesta fase, são os fundos de investimentos imobiliários e os fundos mobiliários.

Explica que o primeiro se deve ao vasto parque imobiliário existente no mercado, e o segundo na medida em que investem essencialmente em instrumentos do mercado monetário ou de dívida pública, dado o estágio de desenvolvimento do mercado nacional.

Ainda no domínio do investimento em valores mobiliários, Patrício Vilar adianta que há uma grande margem e oportunidade para a constituição de fundos de capital de risco, que se apresentam como uma antecâmara para a implementação do mercado de ações, tendo como resultado da interacção do fundo de capital de risco e as entidades alvo de investimento.

“Estamos num momento desafiante para o nosso mercado, em que a tomada de decisões para a obtenção de um melhor resultado (retorno esperado) das aplicações realizadas é essencial”, afirma a fonte da CMA.

Destes modo, adianta que, sendo uma das finalidades dos fundos de investimento, de acordo com a sua tipologia e estratégia de investimento, a alocação eficiente e profissional dos seus recursos, não há dúvidas de que estes veículos podem jogar um papel fundamental na identificação das melhores oportunidades de investimentos.

Segundo o responsável, esses fundos auxiliam o processo de diversificação de instrumentos disponíveis para se investir no País, abrindo caminho para a captação de poupança externa (investimento por investidores não-residentes cambiais).

Quanto aos incentivos para a criação de fundos de investimentos, Patrício Vilar frisa que actualmente o segmento dos orga-

nismos de investimento colectivos (OIC) goza de um pacote jurídico no domínio fiscal específico, que lhe permite atrair investidores, residentes e não residentes.

Entretanto, no domínio da atracção de investidores não residentes cambiais, existe um desafio a ser ultrapassado ligado à abertura da conta de capitais para o investimento em carteira, conclui o responsável.

Este facto, no seu ponto de vista, pode limitar o processo de massificação do segmento de OIC, bem como comprometer o processo de alavancagem da economia nacional, que vive momentos de muita pressão.

Para o homem forte da CMC, havendo uma restrição para os fundos de investimento imobiliários e os mobiliários, em constituírem as suas carteiras, essencialmente por imóveis ou valores mobiliários (ações, obrigações e instrumentos do mercado monetário), os fundos de capital de risco têm maior abertura para investir em sectores importantes como comércio, serviços e indústria.

Os fundos e o apoio às MPME segundo o FACRA

Por seu lado, Teodoro Xavier Poulson, vogal da Comissão de Investimento do FACRA, explica que os fundos de investimento são instituições financeiras que, de um modo geral, dinamizam a expansão do empreendedorismo e a inovação por via do financiamento ao empresariado, permitindo a criação de riqueza, empregos qualificados e catalisar o crescimento económico.

“Acreditamos que os fundos de investimento, tal como o FACRA, são considerados um importante instrumento financeiro ao serviço das MPME – micro, médias e pequenas empresas – nacionais, permitindo a sua afirmação no mercado do ponto de vista de produção e produtividade, em sectores dinâmicos da economia”, afirma, destacando o seu primordial objectivo, que é investir em novas e inovadoras formas de negócios.

Adianta igualmente que, uma vez o Executivo estar empenhado na aceleração do processo de diversificação da economia nacional, o capital de risco é indubitavelmente o instrumento adequado para capitalizar as MPME a médio e longo prazo, para que possam crescer com saúde financeira e tornar-se competitivas.

Segundo assinala, o financiamento em capital de risco, regra geral, não exige contrapartida no que se refere às garantias. Em outras palavras, a lógica do capital de risco pressupõe a aceitação de um elevado risco, em troca da perspectiva de uma alta rentabilidade da empresa financiada.

“Assim sendo, o mais importante e fundamental para que um investimento tenha acesso ao capital de risco é possuir um bom projecto, com potencial de crescimento, e ter como promotor um empresário com perfil de empreendedor”, garante.

Teodoro Poulson pontualiza que, apesar da queda do preço do petróleo no mercado mundial, Angola continua a fazer um esforço para reduzir a vulnerabilidade económica e melhorar o

índice de desenvolvimento humano, em consonância com o Plano Nacional de Desenvolvimento para o período 2013-2017.

“O Governo está focado na diversificação económica e na inovação de novas tecnologias em todo o País, com a realização de investimentos significativos na construção de escolas, universidades, hospitais e centros de saúde”, disse.

De acordo com as suas palavras, o mercado hoteleiro também tem atraído grandes investimentos dos sectores públicos e privado, e o Governo tem fornecido isenções e incentivos fiscais às empresas que invistam no sector.

Teodoro Poulson acredita, portanto, que qualquer fundo que apoie os sectores não petrolíferos no actual estado económico será benéfico para o País a médio e longo prazo. **M**

Incentivos fiscais causam impacto significativo

Relativamente aos incentivos fiscais, o entrevistado do Mercado nota que a nova Lei do Investimento Privado em Angola, que elimina o limite de investimento de 1 milhão USD para os investidores estrangeiros, é um passo positivo para o País e reflecte o compromisso do Governo nos planos de diversificação da economia fora dos sectores de petróleo e gás.

Medidas como estas terão um impacto significativo no investimento interno e irão estimular a economia nacional, aponta Vilar. No seguimento deste desenvolvimento, avança, Teodoro Poulson espera que as empresas estrangeiras olhem de forma favorável para Angola, como destino de investimento. “Naturalmente que as empresas estrangeiras que desejarem investir em Angola irão procurar um parceiro local de forma a compreender as normas e práticas da comunidade empresarial local, e é aí que o FACRA a desempenha um papel significativo.

Os sectores prioritários para investimentos, na opinião de Teodoro Poulson, passam pelos sectores primários de crescimento do sector não-petrolífero, designadamente os sectores da infra-estrutura, tecnologia, agricultura, pescas, hotelaria, florestas, silvicultura e mineração.

Conforme precisou, o objectivo do FACRA é de apoiar as MPME do País e, apesar de receber apenas 70 milhões USD (11,6 mil milhões Kz) dos 250 milhões USD de capital total em kwanzas, atribuído pelo Governo, o FACRA até agora investiu em 12 projectos, atraindo um investimento de 2 a 8 milhões USD (1,3 mil milhões Kz).



Vogal do FACRA, Teodoro Poulson

Os fundos de investimento são instituições financeiras que, de um modo geral, dinamizam a expansão do empreendedorismo e a inovação por via do financiamento ao empresariado, permitindo a criação de riqueza, empregos qualificados e catalisar o crescimento económico.



Chairman em exercício da CMC, Patrício Vilar

Os fundos que mais se adequam ao País, nesta fase, são os fundos de investimentos imobiliários e os fundos mobiliários, na medida em que estes últimos investem essencialmente em instrumentos do mercado monetário ou de dívida pública, dado o estágio de desenvolvimento do mercado nacional.